



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)  
DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E  
PLANEJAMENTO (DEGEP)  
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL)  
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS  
ADMINISTRATIVOS PERMANENTES (SEAPE)**

Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP)

ATA DE REUNIÃO  
Nº 03/2024

Data: 13.05.2023

Horário: 15h

Local: Sala 905 da SGADM

Presentes na reunião, realizada de forma presencial (Sala de reuniões nº 01 da SGADM), os seguintes participantes:

Des. **Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**, Presidente da Comissão;  
Juíza **Fernanda Xavier de Brito**, Auxiliar da Presidência;  
Juiz **Alberto Republicano de Macedo Junior**, Auxiliar da Presidência  
Juiz **João Luiz Ferraz de Oliveira Lima**, Auxiliar da Presidência;  
Juiz **Marcelo Oliveira da Silva**, Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça;  
Sr. **Carlos Mauro Brasil Cherubini**, Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)  
Sr. **Bruno Coelho Silva**, Secretário-Geral de Logística  
Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP);  
Sra. **Iara Silva Fraguas Sym**, representante do DEGEP/DIPEP

O **Des. Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**, Presidente da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), saúda a presença de todos e dá início aos trabalhos às 15h.

Inicialmente, fica consignada a ausência devidamente justificada do **Desembargador Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho**, da **Dra. Renata Guarino Martins**, Juíza Auxiliar da Presidência, e do Sr. **Daniel de Lima Haab**, Secretário-Geral de Tecnologia da Informação.

Ato contínuo, a palavra é concedida à Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), que, após breve intróito, passa a abordar os temas incluídos na pauta de reunião.

### **1. Cumprimento da Deliberação (RAE nº 02/2023 – 03/04/2023)**

A **Diretora do DEGEP** menciona a existência de quatro deliberações provenientes de reuniões anteriores, a saber:

- ❖ Encaminhar e-mail, em nome da Comissão, à SGPES solicitando o resultado da Pesquisa do Clima Organizacional
- ❖ Encaminhar à COGEP os dados obtidos, bem como tomar as iniciativas necessárias, se for o caso, para que as serventias encaminhem ao DEGEA todos os processos físicos que possuem em seu acervo, ainda não digitalizados
- ❖ Encaminhar e-mail ao setor responsável do Museu para a atualização do plano de ação, conforme aprovado pelo Colegiado
- ❖ Enviar e-mails para as unidades responsáveis pela medição, solicitando que estabeleçam metas e mensurem os indicadores ainda não trabalhados

A respeito do Indicador de Clima Organizacional, a **Sra. Michele** anuncia que a pesquisa foi concluída e o resultado encaminhado às unidades pertinentes. A esse respeito, o Secretário Geral da SGGIC, **Sr. Carlos Mauro Brasil**, acrescenta que, com a apresentação dos indicadores, será possível o estabelecimento de metas a serem atingidas.

Na oportunidade, a **Diretora** informa o cumprimento, também, da deliberação concernente à medição dos indicadores estratégicos pelas unidades responsáveis, relativamente à situação do Planejamento Estratégico do Tribunal, confirmando o envio de e-mails às unidades.

Sobre as deliberações em andamento, os membros debatem as dificuldades operacionais enfrentadas. Abordam as ações realizadas para a completa digitalização do acervo de processos físico do Tribunal e pontuam que o Plano de Ação do Museu da Justiça encontra-se em desenvolvimento.

## **2. Planejamento Estratégico 2021-2026**

### **- Mapa Estratégico**

A **Diretora do DEGEP** esclarece que o mapa estratégico apresentado está reformulado com a nova visão estratégica idealizada pela Comissão e aprovada pela Administração Superior, de tornar o PJERJ o mais produtivo entre os Tribunais de Justiça de grande porte. Sobre a medição dos índices a partir do estabelecimento dessa nova diretriz, o **Sr. Carlos Mauro Brasil** pontua que, em razão da demanda outrora existente na área de gestão por resultados, o monitoramento dos números será implementado de agora em diante e o cômputo das medições encaminhado oportunamente à Administração Superior e à COGEP.

## - Projetos Estratégicos – Resultado consolidado (Abril/2024)

Dando continuidade à pauta de reunião, a **Sra. Michele** apresenta em gráficos o percentual de implementação dos projetos estratégicos, até abril de 2024. Informa que dos 20 (vinte) projetos estratégicos concebidos pelo Poder Judiciário, 15 (quinze) estão em execução, 03 (três) concluídos, 01 (um) foi cancelado (Sistema GPES) e 01 (um) está em fase de lançamento no sistema GRP (Sistema e-Proc).

A **Dra. Fernanda Xavier de Brito**, Juíza Auxiliar da Presidência, elucida que o Presidente do Tribunal já havia autorizado o cancelamento do projeto GPES, sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, assim como a inclusão do novo Sistema e-Proc entre os projetos estratégicos do Poder Judiciário.

Em relação ao biênio, a **Diretora do DEGEP** explicita que, considerando o mês de abril de 2024, foram concluídos 95,89% do planejado; e, no biênio, foram concluídos 66,56% das ações concebidas.

Em sequência, passa a detalhar os projetos que apresentam ações com **algum em** atraso no período, a saber:

- ✓ Política de revitalização do Museu da Justiça;
- ✓ Digitalização de processos físicos;
- ✓ Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ;
- ✓ Aprimoramento e Monitoramento das medidas de prevenção;

(Slides 15-22 da apresentação em PowerPoint – anexo)

A **Diretora** expõe os percentuais de atraso dos tópicos destacados e as metas buscadas. **Os membros** debatem as peculiaridades de cada ação, bem como as dificuldades enfrentadas com empresas contratadas e concessionárias, para a conclusão dos respectivos projetos.

A **Sra. Michele** observa que a implementação do novo Sistema e-Proc se encontra em fase de cadastramento no sistema GRP, por isso não é possível o acompanhamento de seu andamento. O **Sr. Carlos Mauro Brasil** acrescenta que, dada a sua amplitude, o projeto de implementação do novo sistema será desenvolvido em etapas e terá continuidade no próximo biênio. O **Dr. Alberto Republicano de Macedo Junior**, Juiz Auxiliar da Presidência, reporta aos membros o cronograma estabelecido e a previsão de implantação inicial do Sistema, definida para o dia 30 de setembro de 2024, exclusivamente em matéria de Execução Fiscal.

## - Indicadores Estratégicos

A **Diretora do DEGEP** alinha argumentação no sentido da exclusão do indicador “PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO” do rol de indicadores estratégicos do Poder Judiciário, em face da complexidade de se promover uma avaliação pelo público externo. Explica que a medição já é produzida pelo CNJ de forma bienal, tendo sido realizada

com abrangência nacional e com participação de todos os segmentos, no período entre 18 de abril a 18 de maio de 2022, com nova pesquisa prevista para o ano de 2025.

Em vista do explicitado, os membros definem excluir o indicador relativo à “Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário” do rol dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário. (Definição 01)

Na oportunidade, o **Dr. João Luiz Ferraz**, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, indaga sobre a indisponibilidade do índice relacionado à “Produtividade do Magistrado na Competência Criminal”.

A esse respeito, a **Dra. Fernanda Xavier** esclarece que, conquanto os dados alusivos à produção em competência criminal estejam disponíveis para extração, faz-se necessária a especificação de um indicador, ou de alguns indicadores, que sirvam de parâmetro, de critério de medição, para as avaliações a serem realizadas no campo do procedimento criminal.

**Os membros** repercutem os critérios para definição desses indicadores estratégicos e vislumbram a oportunidade de promover o impulsionamento da produtividade em demandas criminais mais sensíveis aos jurisdicionados.

Assim, após breve debate, os membros definem pelo estabelecimento de três indicadores, que deverão ser informados pelo DEIGE, como meta de priorização de julgamento, para avaliação da “Produtividade do Magistrado na Competência Criminal”, as seguintes ocorrências: 1) Processos de feminicídio julgados por ano; 2) Julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri; e 3) Sentença proferida por magistrado. (Definição 02)

Sobre o índice de execução de orçamento de custeio e de investimento, o **Dr. João Luiz Ferraz** aduz a disponibilidade dos dados referidos e, para efeito de otimização do trabalho, sugere que a solicitação seja realizada por memorando encaminhado diretamente à Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF), que também poderá ser consultada sobre percentual do orçamento disponibilizado para obras e serviços de engenharia aplicado em ações de sustentabilidade. Os membros concordam com a sugestão. (Deliberação 01)

### **3. CNJ: Prêmio CNJ de Qualidade 2023**

Finalmente, a **Diretora do DEGEP** informa que a primeira reunião preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário será realizada neste mês maio, no Conselho Nacional Justiça, e reporta ao Colegiado a expectativa quanto às metas a serem estabelecidas para o Prêmio.

A esse respeito, a **Dra. Fernanda Xavier** menciona a concepção acatada pelo CNJ, sobre a necessidade de que os Tribunais de grande porte sejam avaliados entre si, e não de forma heterogênea, pela comparação entre todas as Cortes do país.

A **Sra. Michele de Oliveira** assinala que, de acordo com a estimativa preliminar, o TJRJ estaria cumprindo em torno de 67,4% dos requisitos exigidos para o Prêmio e esclarece que o resultado do acompanhamento das parciais não foi divulgado pelo Órgão. Por fim, faz menção às alterações impostas aos critérios adotados para o Ranking da Transparência.

**O Presidente da Comissão agenda nova reunião para o dia 15/07/2024, às 15h. (Deliberação 02)**

O **Des. Sergio Ricardo de Arruda Fernandes** agradece a presença de todos e dá a reunião por encerra às 16h35min.

### **Desembargador SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES**

Presidente da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (**COGEP**)

<b>Deliberação</b>		<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
1	Enviar memorando à SGPCF para informar o índice de execução de orçamento de custeio e de investimento, e também sobre o percentual do orçamento disponibilizado para obras e serviços de engenharia aplicado em ações de sustentabilidade.	DEGEP	05 (cinco) dias
2	Enviar convite para a Reunião designada para 15/07/2024, às 15h.	DICOL/SEAPE	Imediato

<b>Decisões da COGEP</b>	
1	Excluir o indicador “Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário” do rol dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário.
2	Estabelecer como meta de priorização de julgamento, para avaliação do indicador estratégico “Produtividade do Magistrado na Competência Criminal”, a ser medido pelo DEIGE, as seguintes ocorrências: 1) Processos de feminicídio julgados por ano; 2) Julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri; e 3) Sentença proferida por magistrado.